

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Função e Características da Tutela Declaratória na Dogmática Tradicional.....	7
1.1 Breve panorama histórico da ação declaratória	7
1.2 A finalidade da ação declaratória.....	13
1.2.1 Breves apontamentos sobre alguns conceitos relevantes: fato jurídico, situação jurídica e relação jurídica.....	21
1.2.2 A certificação da existência, inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.....	27
1.2.3 A certificação de uma situação jurídica	31
1.3 Argumentos contrários à ação declaratória de fato.....	36
1.3.1 A suposta limitação legal.....	39
1.3.2 A imprevisibilidade dos efeitos jurídicos decorrentes da declaração e a suposta violação ao direito da ampla defesa.....	41
1.3.3 A declaração de fatos não constituiria atividade típica da atividade jurisdicional	43

Capítulo 2 – Exemplos da Expansão da Tutela Declaratória na Prática Forense	47
2.1 Considerações introdutórias. Hipóteses práticas de ação declaratória sobre fatos no direito brasileiro	47
2.2 Ação declaratória para comprovar tempo de serviços para fins previdenciários (enunciado n. 242/STJ)	49
2.3 Ação declaratória de “produtividade do imóvel”	52
2.4 Ação declaratória para demarcar terras (art. 581 do CPC/2015)	54
2.5 Ação declaratória para certificar posse	56
2.6 Ação declaratória para certificar a ilicitude da conduta praticada pela parte no decorrer do negócio jurídico (recurso especial n. 1.741.684/PA)	60
2.7 Ação declaratória de ausência ou morte presumida (arts. 7o e 22 do Código Civil e art. 78 da Lei no 8.213/91)	62
2.8 Ação declaratória para qualificar determinado produto comercial	65
2.9 Ação declaratória de capacidade ou incapacidade civil	66
2.10 Ação declaratória para certificar a alienação parental	68
2.11 Ação declaratória para certificar a prática de tortura ...	70
2.12 Ação declaratória para assegurar que determinado indivíduo era aquele que constava de escritura de filiação. Exceções admitidas pela doutrina e exemplos citados por Celso Barbi e Alfredo Buzaid	74
2.13 Conclusão parcial	76

Capítulo 3 – A Ação Declaratória de Fato no Direito Brasileiro	77
3.1 Considerações introdutórias	77
3.1.1 Inexistência de qualquer limitação legal ao cabimento da ação declaratória de fato	78
3.1.2 O caráter exemplificativo do rol previsto no art. 19 do CPC/2015.....	79
3.1.3 A tutela declaratória como corolário do direito de ação.....	84
3.2 O interesse processual na ação declaratória de fato. Ponto de partida e também limite.....	87
3.2.1 A ação declaratória fundada em incerteza vinculada a fatos ou a evento futuro e incerto.....	94
3.2.2 A necessidade e a utilidade de solver uma expectativa de incidência e aplicabilidade de norma jurídica.....	100
3.3. Afastando o argumento de uma suposta imprevisibilidade dos efeitos jurídicos decorrentes da declaração do fato	107
3.3.1 Os efeitos da certificação do fato na ação declaratória positiva e negativa. A necessidade de a parte descrever, pormenorizadamente, o que se objetiva com a declaração.....	110
3.3.2 A possibilidade de antever os efeitos jurídicos decorrentes da declaração	114

3.3.3 Avaliação casuística. Possibilidade de intimação da parte autora para esclarecer o que se objetiva com a certificação de fato	116
3.4 As funções contemporâneas da jurisdição e a tutela declaratória de fato jurídico	118
3.5 O inexistente risco de recrudescimento da judicialização ou maior assoberbamento do Poder Judiciário com a expansão do cabimento da tutela declaratória. As razões de veto ao art. 25 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	124
3.6 A expressa autorização legal de utilização da ação declaratória de fatos no direito português	128
3.7 A produção antecipada de prova e sua insuficiência para a certificação de fatos	130
3.8 A estabilidade processual da sentença na ação declaratória de fato.....	136
Conclusão	143
Referências.....	147